



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000070

Parecer DCI/MB/SE Nº 321/2023

Boquim, 24 de Julho de 2023.

Aprecia-se, nesta oportunidade, os autos da Dispensa nº 008/2023, encaminhado pela Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Boquim/SE, através da Comunicação Interna nº 300/2023, referente ao procedimento a ser realizado de dispensa de licitação, visando a Contratação da empresa **A.MELO ENGENHARIA E CONSULTORIA EIRELI**, cujo objeto é a elaboração de projetos arquitetônicos e complementares para o espaço Multieventos, praça Drº Rinaldo Costa e Silva e do Mirante Fonte da Mata, solicitado através da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços de Utilidade Pública, deste município de Boquim.

I – Das Considerações Iniciais

Registre-se que esta análise está fundamentada no inciso VI do artigo 38 da Lei n.º 8.666/93, advertindo que ficará sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Boquim/SE receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos à contratação direta, conforme situação análoga prevista no artigo 6.º, inciso XVI da Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Acrescente-se que também ficará sob a responsabilidade da citada Comissão a habilitação ou não da empresa a ser contratada.

Impende asseverar que não faz parte das atribuições do Controle Interno a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato de gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo, já que são de responsabilidade dos administradores públicos. Ao Departamento Municipal de Controle Interno incumbe à análise dos aspectos técnicos.

II – Da Dotação Orçamentária

Vanessa Silva Neres
Controladora Municipal

000071
20



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

O Departamento Municipal de Controle Interno ratifica a dotação orçamentária informada acostada aos autos às fls.000032 a 000034.

No mais, recomendo que a Secretaria solicitante verifique os dispositivos constitucionais e legais que tratam do comprometimento do saldo orçamentário da dotação especificada em função do cronograma de execução para o exercício financeiro atual, com base nas legislações abaixo transcritas:

Constituição Federal de 1988:

Art. 167. São vedados:

[...]

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

Lei Federal nº 4.320/1964:

Art. 59 - O empenho da despesa não poderá exceder o limite dos créditos concedidos.

Lei Complementar nº 101/2000:

Art. 16 - [...]

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

[...]

III – Da Publicação

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 37, aloca como um dos princípios basilares da Administração Pública a PUBLICIDADE. Tal referência aponta para a necessidade de que os atos administrativos sejam expostos, residindo na premissa dos agentes públicos não praticarem seu *mister* para satisfação pessoal, mas sim tão somente do interesse público. Nesse sentido, os ajustes efetivados pela Administração,

Vanessa Silva Marceda
Controladora Municipal
[Assinatura]



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000072
[Handwritten signature]

fundamentados diretamente pela Lei nº 8.666/93, prevê:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, **da publicidade**, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sobre a publicação das compras efetuadas, deve-se ainda observar o que dispõe o artigo 16 da Lei Federal nº 8.666/93, a seguir transcrito:

Art. 16. Será dada publicidade, mensalmente, em órgão de divulgação oficial ou em quadro de avisos de amplo acesso público, à relação de todas as compras feitas pela Administração Direta ou Indireta, de maneira a clarificar a identificação do bem comprado, seu preço unitário, a quantidade adquirida, o nome do vendedor e o valor total da operação, podendo ser aglutinadas por itens as compras feitas com dispensa e inexigibilidade de licitação.

Atendendo as disposições da Legislação vigente informada, sem prejuízo de outras que tragam maior publicidade dos atos administrativos, recomendamos a publicação do extrato do procedimento nos mais diversos meios possíveis de divulgação para fins de validade do ato, sem prejuízo do encaminhamento das informações ao Sistema de Gestão do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe – SAGRES.

IV – Da Base legal e recomendações

Vê-se que a sustentação da contratação direta via dispensa de licitação encontra respaldo no art. 24, X, da LLCA, abaixo transcrito:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

[Handwritten signature]
Assessoria Municipal
Controladora Municipal



II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;
(Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Com base no dispositivo legal frisamos que a contratação deverá atender, em especial, ao requisito do supracitado artigo, bem como a habilitação prevista nos art. 27 ao 33 da Lei nº 8.666/93.

Frise-se que a Secretaria solicitante realize a contratação mediante a apresentação de justificativa em que demonstre que a contratada é detentora da oferta mais vantajosa e que comprove o preço a ser dispendido com a contratação em tela, sem prejuízo da avaliação prévia do inciso X do art. 24, conforme preceitua o art. 26 da LLCA, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (Redação dada pela Lei nº 11.107, de 2005)

Parágrafo único. **O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:**

[...]

I - caracterização da situação emergencial, calamitosa ou de grave e iminente risco à segurança pública que justifique a dispensa, quando for o caso; (Redação dada pela Lei nº 13.500, de 2017)

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço. (grifei)

Ademais que a Secretaria solicitante deverá apenas prosseguir com o feito após a verificação e comprovação nos autos de saldo suficiente que suporte toda a despesa em consonância com os dispositivos transcritos no item "dotação orçamentária" e complementarmente os art. 7º e 14 da Lei nº 8.666/93 a seguir

Vanessa Silva Marcondes
Controladora Municipal

citados:

Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

[...]

§ 2º **As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:**

[...]

III - **houver previsão de recursos orçamentários** que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras ou serviços a serem executadas no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma.

Art. 14. **Nenhuma compra será feita** sem a adequada caracterização de seu objeto e **indicação dos recursos orçamentários** para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa. (grifei)

V – Do Trâmite do Procedimento Licitatório

Consta que no dia 24 de julho de 2023 a Comissão Permanente de Licitação, encaminhou ao Departamento de Controle Interno, através da comunicação interna nº 300/2023 para análise técnica a documentação:

- Termo de referência e Justificativa, m elaborado pelo Engenheiro Civil Anderson José dos Santos, fls.000001 a 000006;
- Proposta da empresa Heráclito Júnior Ferreira Queiroz LTDA no valor de R\$ 19.500,00, fls.000007;
- Declaração única expedida pela empresa Heráclito Júnior Ferreira Queiroz LTDA, Declaração de Enquadramento e Declaração de Emprego de Menor, fls.000008;
- Comprovante de Inscrição e situação cadastral da empresa Heráclito Júnior Ferreira Queiroz LTDA, fls.000009 a 000010;
- Cópia de encaminhamento de e-mails através do Setor de

000075



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

Compras, fls. 000011 a 000012;

- Comprovante de Inscrição e situação cadastral da empresa Heráclito Júnior Ferreira Queiroz LTDA, fls. 000013 a 000014;
- Proposta da empresa WAF Empreendimentos no valor de R\$ 21.350,00, fls. 000015;
- Declaração única expedida pela empresa WAF Empreendimentos, Declaração de Enquadramento e Declaração de Emprego de Menor, fls. 000016;
- Cópia de encaminhamento de e-mails através do Setor de Compras, fls. 000017 a 000019;
- Comprovante de Inscrição e situação cadastral da empresa WAF Empreendimentos, fls. 000020 a 000024;
- Proposta da empresa A. Melo Engenharia e Consultoria Eireli no valor de R\$ 17.400,00, fls. 000025;
- Cópia de encaminhamento de e-mails através do Setor de Compras, fls. 000026 a 000030;
- Jusificativa de secretaria solicitante, fls. 000031;
- Demonstrativo da despesa orçamentaria, fls. 000032;
- Solicitação de despesa nº 8751/2023, fls. 000033 a 000034;
- Ato Constitutivo da empresa, fls. 000035 a 000038;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral da empresa .Melo Engenharia e Consultoria Eireli, fls. 000039;
- Documentação pessoal do sócio da empresa, fls. 000040;
- Cópia da identificação do contribuinte no Simples Nacional, fls. 000041;
- Certidões Negativas De Débitos Perante As Fazendas Federal, Estadual e Municipal, e Trabalhista, certidão de falência e concordata, e alvará de licença e funcionamento, fls 000042 a 000047;
- Atestado de capacidade técnica, fls. 000048;
- Certidão do CREA do engenheiro da empresa, fls. 000049;
- Declaração que não emprega menores, fls. 000050;
- Declaração de enquadramento, fls. 000051;

Valéria Silva Marceda
Controladora Financeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

000076

- Certidão do CREA da empresa, fls.000052;
- Portaria N° 001/2023 Da Comissão Permanente De Licitações, fls.000053 a 000054;
- Justificativa Da Dispensa De Licitação Elaborada Pela Comissão De Licitações, fls.000055 a 000057;
- Minuta do contrato, fls.000058 a 000060;
- Comunicado interno n° 299\2023 encaminhando o processo a Procuradoria Geral do Município para análise e emissão de parecer jurídico, as fls.000061;
- Parecer Jurídico n° 485\2023 expedido em 24 de julho de 2023 pela Procurador Geral do Município Marcelo de Jesus Santos, opinando pela pertinência jurídica do procedimento e minuta do termo contratual, as fls.000062 a 000068;
- Comunicado interno n° 300\2023 encaminhando o processo a Controladoria Geral do Município para análise e emissão de parecer, as fls.000069.

Dos autos depreende-se que constam as peças necessárias para o procedimento com ressalva para:

- Manutenção das mesmas condições de habilitação jurídico-fiscal durante todo o procedimento, conforme art. 55, XIII da LLCA.
- Autenticar toda documentação em cópia (cartório ou "confere com original");
- Revisão geral do processo para colher assinaturas que porventura esteja faltante;
- Atentar-se as orientações expressas no parecer jurídico.

V – Da Fiscalização e Controle

Além de observadas as cláusulas editalíssimas que tratam das obrigações e fiscalização contratual, chamamos a atenção para a figura do **fiscal e gestor** contratual,

Vanessa Silva Marcelino
Controladoria Municipal

000077
2



PREFEITURA MUNICIPAL DE
BOQUIM

ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE BOQUIM
DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO

estes responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e possível aplicação de sanções, conforme o teor do art. 67 da LLCA a seguir transcrito:

Art. 67. A execução do contrato deverá ser **acompanhada e fiscalizada** por um representante da Administração **especialmente designado**, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

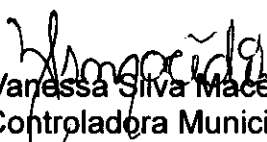
§ 1º O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 2º As **decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores** em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes. (grifado)

VI – Da Conclusão

Ante o exposto, opina o Departamento Municipal de Controle Interno **Favoravelmente**, ao prosseguimento do feito, tendo em vista as observações encimadas, devendo os autos de o processo ser encaminhado à Autoridade Superior para decidir sobre a contratação, ou não, da referida empresa.

É o entendimento, salvo melhor juízo.


Vanessa Silva Macêdo
Controladora Municipal
Decreto 010/2021